

4º Seminário Ibero-americano

ARQUITETURA e DOCUMENTAÇÃO

Belo Horizonte - 25 a 27 de novembro de 2015

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL EDIFICADO DE NATUREZA INDUSTRIAL DO CEARÁ

ANDRADE, Margarida (1) DUARTE JUNIOR, ROMEU (2)

1. Universidade Federal do Ceará. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Endereço Postal
E-mail: margaridajuliaf@yahoo.com.br
2. Universidade Federal do Ceará. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Endereço Postal
E-mail romeudj@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo reporta-se à arquitetura industrial do Ceará e aos esforços atualmente desenvolvidos para sua identificação e documentação, mediante inventariação, com vistas à sua proteção e promoção. Será considerado objeto do estudo o acervo construído produzido entre os ciclos econômicos da cana de açúcar e do algodão, os quais datam das primeiras décadas do século XIX, o segundo bem mais importante que o primeiro. O artigo conta com cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda seção será analisada o papel de Fortaleza na rede urbana regional, ressaltando a pecuária como uma das principais atividades econômicas do Ceará colonial e ressaltando os caminhos das boiadas, que configuravam o território cearense. A terceira apresenta uma breve história da indústria no Ceará destacando os dois ciclos econômicos da cana de açúcar e do algodão e as condições da indústria têxtil. Um estudo de caso: Fábrica e Vila São José do grupo Filomeno Gomes localizadas no bairro de Jacarecanga é o tema da quarta seção. E, por fim, o inventário do Patrimônio Industrial no Ceará.

Palavras-chaves: patrimônio cultural; Patrimônio industrial; Arquitetura Cearense.

Identificação e documentação do Patrimônio Cultural Edificado de Natureza Industrial do Ceará

Introdução

O presente artigo reporta-se à arquitetura industrial do Ceará e aos esforços atualmente desenvolvidos para sua identificação e documentação, mediante inventariação, com vistas à sua proteção e promoção. Será considerado objeto do estudo o acervo construído produzido entre os ciclos econômicos da cana de açúcar e do algodão, os quais datam das primeiras décadas do século XIX, o segundo bem mais importante que o primeiro.

Objetiva-se com a pesquisa conhecer e analisar as tipologias arquitetônicas industriais desenvolvidas no trecho temporal mencionado, seus programas de necessidades, seus sistemas estruturais e construtivos, seus processos de produção industrial, seus parques tecnológicos e sua relevância como elemento propiciador de concentração de aglomerações humanas e expansão urbana; avaliar seus valores históricos, artísticos, ambientais, simbólicos e afetivos; avaliar o estado de conservação e manutenção predial dos imóveis industriais selecionados para inventariação; elaborar lista de obras passíveis de proteção edilícia, com indicação daquelas prioritárias, a partir da definição de critérios de seleção; favorecer a promoção do acervo arquitetônico industrial cearense.

Em termos metodológicos, proceder-se-á inicialmente à realização de pesquisa bibliográfica em acervos públicos privados relativa à história da indústria no Ceará, com a análise de suas motivações econômico-financeiras, da estratégia de localização de suas unidades produtivas, de sua relação com outros sistemas produtivos ou estruturantes do território (rodovias, portos, ferrovias etc.), o que já se encontra em curso. Com a intenção de aprofundamento no assunto, serão efetuadas entrevistas com técnicos, pesquisadores, estudiosos e personalidades ligadas desenvolvimento da indústria no Ceará. A essa altura, será produzido material para a elaboração de uma exposição sobre o tema. Em seguida, far-se-á a demarcação das etapas do trabalho, que compreenderá a inventariação das indústrias de Fortaleza, da Região Metropolitana e de regiões do estado. Na sequência, mediante critérios de seleção previamente estabelecidos, definir-se-á o acervo arquitetônico a ser inventariado. Ato contínuo, será deflagrada a operação de inventariação arquitetônica (realização de levantamentos métricos, gráficos, fotográficos e iconográficos dos imóveis selecionados) por etapa geográfica. Após a totalização dos levantamentos, será executada a sistematização das informações obtidas, bem como a sua organização e disponibilização em arquivo adequado.

Como resultado esperado, pretende-se produzir um conjunto de dados referentes à arquitetura industrial cearense que, além do seu repasse ao público interessado, propicie a efetuação de várias formas de promoção, tais como publicações, exposições, filmes, vídeos, entre outras, de maneira a tornar conhecida e valorizada essa faceta do patrimônio cultural do estado. Os trabalhos serão realizados por professores pesquisadores e bolsistas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, com a participação de consultores, técnicos e estudiosos do tema.

O artigo conta com cinco partes, incluindo esta introdução. A seguir será analisado o papel de Fortaleza na rede urbana regional, ressaltando a pecuária como uma das principais atividades econômicas do Ceará colonial e ressaltando os caminhos das boiadas, que configuravam o território cearense. A terceira seção apresenta uma breve história da indústria no Ceará destacando os dois ciclos econômicos da cana de açúcar e do algodão e as condições da indústria têxtil. Um estudo de caso: Fábrica e Vila São José do grupo Filomeno Gomes localizadas no bairro de Jacarecanga é o tema da quarta seção. E, por fim, O inventário do Patrimônio Industrial no Ceará.

Os Antecedentes: Fortaleza e a economia colonial

A base da economia cearense, a partir do último quartel do século XVII, foi a atividade criatória, que se desenvolveu ao longo dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. As vilas foram fundadas no cruzamento dos caminhos das boiadas, nas margens dos rios ou “próximas às zonas para agricultura, na maioria das vezes em regiões serranas ou em suas proximidades” (JUCÁ, 2007:225).

Com a expansão das fazendas nos sertões, a travessia do gado em direção aos mercados torna-se longa e árdua, trazendo grandes prejuízos à produção pela perda e emagrecimento do rebanho. Surgem, então, no século XVIII, à foz dos rios, as oficinas de salga que se utilizam do sal no processo de conservação da carne bovina, também chamada “charqueada”.

A pecuária condiciona uma ocupação bastante rarefeita do território cearense, com as povoações concentrando-se inicialmente nos sertões e não no litoral, desencadeando uma rede de caminhos da qual Fortaleza estava apartada. Mesmo elevada à condição de vila em 1726, não passava de um pequeno núcleo distante da atividade pastoril desenvolvida no interior da Capitania (Figura 1).

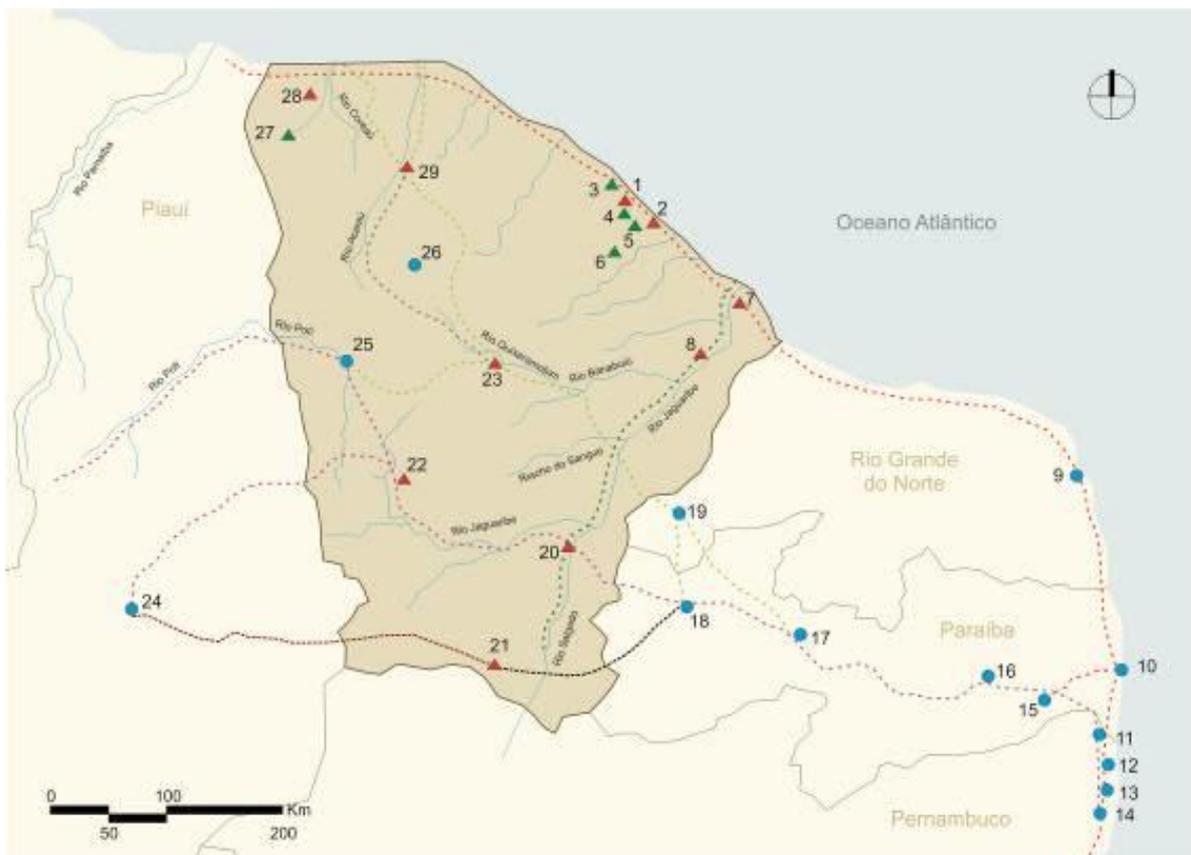


Figura 1 – A rede Urbana cearense e suas articulações com as capitanias vizinhas

Fonte: ANDRADE, 2012.

Legenda: 1-Fortaleza, 2-Aquiraz, 3-Caucaia, 4-Parangaba, 5-Messeja, 6-Baturité, 7-Aracati, 8-Russas, 9-Natal, 10-João Pessoa, 11-Igarassu, 12-Goiana, 13-Olinda, 14-Recife, 15-Itabarana, 16-Campina Grande, 17-Patos, 18-Piancó, 19-Pau dos Ferros, 20-Icó, 21-Crato, 22-Tauá, 23-Quixeramobim, 24-Oeiras, 25-Crateus, 26-Santa Quitéria, 27-Viçosa, 28-Granja, 29-Sobral.

Estradas- Est. Velha, Est. Nova das Boiadas, **Est. Das Boiadas**, Est. Geral do Jaguaribe.

▲ Vila de Brancos

▲ Vilas de Brancos

● Outras vilas e núcleos

Breve História da Indústria no Ceará

Dois fatores alteram a economia cearense no final do século XVIII: o desenvolvimento da agricultura do algodão para exportação e a independência administrativa do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1799.

O algodão passa a ser o principal produto comercial no Nordeste a partir do terceiro quartel do século XVIII, mas ainda representando “*uma insignificante cultura de expressão local e valor mínimo*” (PRADO JR, 1986).

Segundo IRFFI

Aliadas à pecuária, no Ceará, outras atividades foram sendo estabelecidas conforme o território cearense paulatinamente foi conhecido e ocupado; de maneira que atividades agrícolas como o algodão, o café e a cana de açúcar

contribuíram também para a formação econômica deste território. Assim, a expansão da lavoura canavieira, o gado e outras atividades, como o algodão, foram conquistando, gradativamente, esta Província no sentido interior/litoral (2011, p. 4).

Cana de Açúcar

O açúcar teve sua importância em algumas áreas do estado como afirma Thomaz Pompeu:

“No Cariri (Crato e Jardim) onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro quase toda a cultura de canna reduz-se ao fabrico de rapadura, melaço e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar, e já em 1858 exportaram-se 10,000 arrobas. O Cariri e Serra-Grande exportam immensas quantidades de rapaduras, melaço e aguardente para as províncias visinhas do Piauhy, Pernambuco, Parayba e Bahia” (BRASIL, 1997, p. 360).

Dando continuidade a seu levantamento sobre cana de açúcar Thomaz Pompeu identifica em 21 freguesias 1.252 engenhos e engenhocas “e outros que devem haver nas 13 freguesias que restam” (BRASIL, 1997,P.362-363). As freguesias com maior número de engenhos Crato (180), Jardim (140), Aquiraz (104) Ipu (93), Baturité (92) e Fortaleza (82).

Na Tabela 1 podemos observar os engenhos existentes em cinco municípios caririenses em 1954. Destacando-se os municípios de Barbalha e Crato como os maiores centros produtores de rapaduras (Figura 2).

TABELA 1 – Engenhos no municípios do Cariri

	Barbalha	Crato	M. Velha	Juazeiro	Jardim
Engenhos a força motriz	61	67	92	30	38
Engenhos a bois	01	05	-	-	-
Engenhos d'água	03	03	-	-	-
TOTAL	65	75	92	30	38

Fonte: FIGUEIREDO FILHO,1958, p.69).

Em meados do século XX essa região foi introduzida “nas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar da zona da mata Pernambucana. A partir desse período o açúcar industrializado passou a oferecer grande concorrência a rapadura gerando uma crise na economia canavieira da região” (GONÇALVES, 2011, p.48).



Figura 2 - Engenho de rapadura Padre Cícero, proprietário Antônio Sampaio, Barbalha.

Fonte: <http://desimbloglio.blogspot.com.br/2014/01/so-quatro-dos-64-engenhos-de-rapadura.html>

Naudiney Gonçalves relata a situação da região na década de 1970:

No período de funcionamento da Usina Manoel Costa Filho muitos produtores optaram por fechar os seus engenhos e passaram a fornecer a cana-de-açúcar diante de algumas imposições da indústria, que optou por desmobilizar a produção artesanal transformando esses produtores em fornecedores de matéria prima para a sua produção de açúcar e álcool. Com isso, a Usina adquiria os equipamentos tradicionais e os guardava como sucata (2011, p.56).

João Policarpo Lima e Celia Cavalcanti em seu artigo relata a situação atual dos engenhos no estado:

No Ceará duas regiões se destacam pela existência da pequena produção de rapadura: a do Cariri e a da Serra da Ibiapaba. Embora exista uma usina de açúcar, em Barbalha, os municípios circunvizinhos como Missão Velha, Barro e Milagres são produtores destacados de rapadura. Já Juazeiro do Norte e Crato se dedicam à produção de cachaça.

Pelos dados do cadastro do SEBRAE, o Estado do Ceará conta com cerca de 167 engenhos produtores de rapadura. Na Serra da Ibiapaba, o maior número de produtores se encontra no município de Ibiapina com 67 engenhos, seguido de Ubajara com 33 produtores cadastrados. Matéria publicada no Diário de Pernambuco em 14/11/97 destaca Barbalha como principal produtor na região do Cariri “30

engenhos responsáveis pela produção de aproximadamente 100 mil rapaduras/dia” (LIMA; CAVALCANTI apud GONÇALVES, 2011, p.71).

O Algodão

O algodão passa a ser um produto comercial desde os anos de 1777, quando deixa de ser “simplesmente matéria-prima de rudimentar indústria caseira na feitura de fios, panos grosseiros e redes de dormir” (GIRÃO, 1957:205).

Mas, é, sobretudo a partir de 1860, com a Guerra de Secessão Americana, que a produção nordestina de algodão passa a ter valor no mercado mundial, em consequência da interrupção da exportação do produto pelos Estados Unidos.

Através da tabela 2, verifica-se que o algodão é o principal produto exportado ao longo de todo o período que vai de 1850 a 1885, chegando a atingir em alguns momentos mais de 50% do valor total dos principais produtos exportados pelo Ceará.

TABELA 2 – Exportação dos principais produtos do Ceará 1850-1885 (%)

Período	1850	1855	1860	1865	1870	1875	1880
Produto	V.O						
Café	13,6	20,4	36,0	9,5	10,3	28,2	22,1
Algodão	59,1	40,3	38,6	72,6	67,1	33,1	63,3
Açúcar	5,2	21,2	9,5	5,3	4,6	5,6	7,4
Borracha	4,9	0,5	1,9	1,7	6,5	5,0	1,1
Couros	17,2	17,5	14,0	10,8	11,5	28,0	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GUABIRABA (1978:183-4)

(*)Valor Oficial

No entanto, o processo de urbanização da cidade Fortaleza na primeira metade do século XIX está diretamente associado à economia algodoeira no Ceará e seu papel central na rede agroexportadora do produto. Fortaleza esteve à margem da economia pastoril, mas, com a valorização do algodão no mercado mundial no século XIX, converteu-se no principal porto de embarque desse produto e centro da economia cearense, graças ao seu papel na comercialização de produtos de exportação, principalmente o algodão.

Reflexo nítido dessa relação entre a dinâmica econômica e estruturação do espaço é o fato de tornar-se Fortaleza capital da Província em 1823, o ponto de convergência de importantes estradas da capitania, ampliando sua dominação regional (Figura 3).



Figura 3 - Exercício de Reconstituição cartográfica da Carta Marítima e geográfica do Ceará das Estradas que partiam de Fortaleza em 1817 levantada por Antônio da Silva Paulet.
Fonte: ANDRADE, 2012.

Legenda: Vilas e Povoados: 1-Vila da Fortaleza, 2-Vila de Soure (Caucaia), 3-Vila de Arroches (Parangaba), 4-Vila da Messejana, 5-Vila de Aquiraz, 6-Vila de Cascavel, 7-Vila de Aracati, 8-Vila de Sobral, 9-Povoado de Canindé, 10-Vila de Monte Mor-o-Novo (Baturité).
..... Antiga Estrada Geral,
..... Estrada Real de Soures, Estrada de Canindé, Estrada de Monte-Mor o Novo (Baturité),
..... Estrada Real de Arronches.

Deteremos nessa etapa do trabalho as condições da indústria têxtil, especialmente o setor de fiação e tecelagem, que gerou as vilas operárias. Assim abordaremos as duas fases da evolução da indústria têxtil em Fortaleza, o período que vai de 1880 a 1920, aquele de tentativas iniciais, e o de 1920 a 1960, período de consolidação, evidenciando-se em cada um deles as características da estrutura industrial.

Período 1880-1920

Este período, que se inicia em 1880 e vai até 1920, caracteriza-se como a fase das primeiras implantações têxteis e a formação dos primeiros grupos empresariais.

A comparação entre os dados do recenseamento de 1907 e 1920 mostra que as atividades industriais cearenses crescem (Tabela 3).

TABELA 3 – Crescimento das atividades industriais em relação ao número de estabelecimento e de operários, valor de produção e do capital. 1907 – 1920. Ceará – Brasil

	CEARÁ			BRASIL		
	1907	1920	%	1907	1920	%
Nº estabelecimento	18	294	1.533	3.258	13.336	309
Nº operários	1.207	4.702	289	151.841	275.512	81
Capital *	3.521	16.714	374	665.577	1.815.156	172
Valor produção *	2.951	25.908	778	-	2.989.176	-

FONTE: ANDRADE, 1990, p.39.

(*) Valores em contos de réis

Esses números se referem à indústria têxtil como um todo, distribuída em seus três sub-ramos: fiação e tecelagem, beneficiamento de algodão e fabricação de tecidos e malhas. No sub-ramo de fiação e tecelagem a posição do estado no cenário nacional era mais modesta. Isso se deve ao fato do parque industrial cearense ter uma estrutura produtiva caracterizada pela presença de várias pequenas empresas, como é o caso das fábricas de beneficiamento e algodão e as de rede, que empregam um pequeno número de operários, ainda que algumas delas tenham “caráter concentrador”.

É o setor de fiação e tecelagem, como será visto, que vai representar a própria consolidação da produção fabril, além de possibilitar uma grande fonte de riqueza ao Ceará, conferindo aos seus proprietários a liderança econômica do estado, além de ser o principal setor responsável pela implantação das vilas operárias.

As primeiras fábricas se implantam a partir do final do século XIX, bastante defasadas em relação a algumas regiões do país. Entretanto coincide com outros investimentos pioneiros voltados para o consumo local e regional, destacando-se, principalmente, os setores de sabão, cigarros, óleos, chapéu de sol (Figura 4).



Figura 4- Fábrica de cigarro Araken do grupo Diogo Siqueira
Fonte: Arquivo NIREZ

Esses investimentos pioneiros caracterizavam-se pela predominância de pequenos estabelecimentos com baixo nível de mecanização e situavam-se principalmente no centro de Fortaleza.

Por outro lado, a têxtil vai exigir uma nova estrutura fabril, com edificação própria, dispendo de maquinarias estrangeiras, novos padrões de administração e localizando-se dispersamente, nas proximidades da linha férrea.

Outro destaque importante a se fazer é uma rápida caracterização do produto e do processo de trabalho da indústria têxtil cearense. Pode-se afirmar que esta se baseava sobretudo na fabricação de algodão cru para sacarias e consumo das classes populares e na produção de fios para rede. Dentro dessas instalações está associado o processo de produção da rede de dormir, que se desenvolve tanto dentro da própria fábrica como a domicílio, gerando a ocupação de dois tipos de mão de obra, a do setor de produção interna e a externa. Os trabalhadores domiciliares são compostos, em sua maioria, de mulheres adultas, adolescentes e crianças de ambos os sexos.

Entre o intervalo de 1880 a 1920 surgem 11 fábricas, das quais nove estão localizadas na capital e duas no interior do estado: fábrica Santa Tereza, Aracati (Figura 5) e fábrica Ernesto & Ribeiro, Sobral, (Figura 6).



Figura 5 – Fábrica Santa Tereza, Aracati, Ceará
Fonte: Acervo NIREZ



Figura 6 – Fábrica Ernesto & Ribeiro, Sobral, Ceará.
Fonte: Acervo NIREZ

Observa-se também que, das de Fortaleza, apenas sete sobrevivem até 1920. A fábrica Progresso (Figura 7), por sua vez, demonstra um dos maiores índices de produtividade, como também a maior capacidade empregadora.

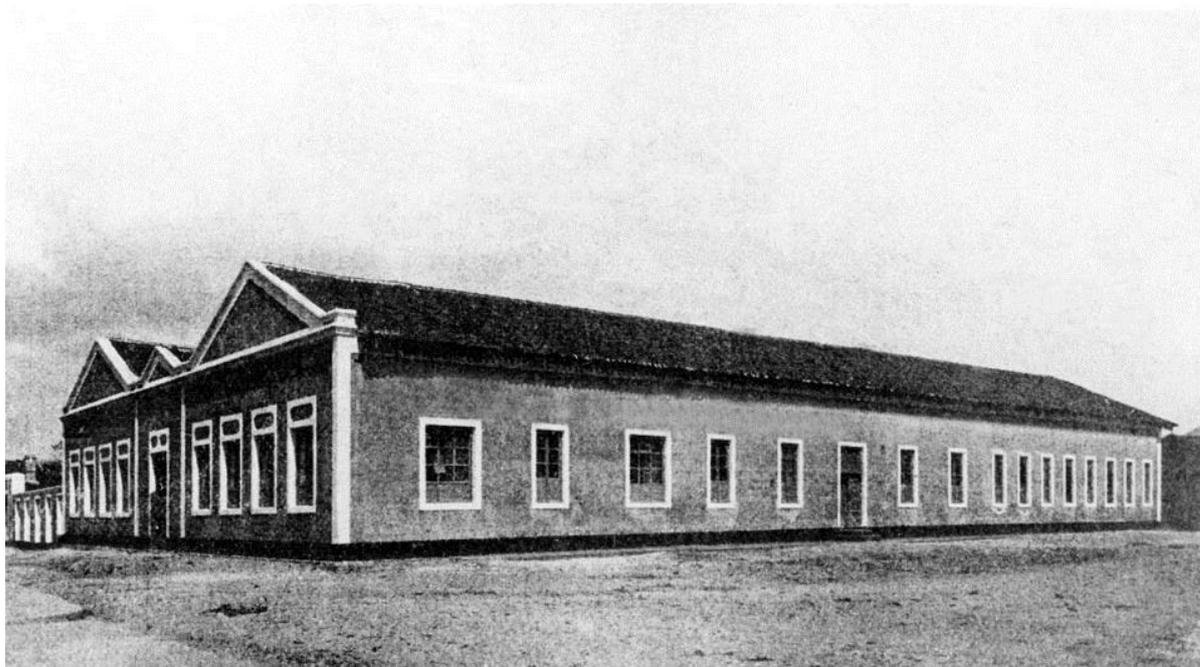


Figura 7 – Fábrica Progresso, Grupo Thomaz Pompeu.
Fonte: Acervo NIREZ

TABELA 4 – Estabelecimentos industriais existentes entre 1880-1920, data da fundação e natureza jurídica

EMPRESAS	NOME DA FÁBRICA	DATA DE FUNDAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA
1. Pompeu & Irmãos	Fiação e Tecidos Cearense	1882	Responsabilidade solidária
2. Cia. Fábrica de Fiação União Comercial	União Comercial	1891	Sociedade Anônima
3. Cia Fábrica Cearense de Meias	Cearense de Meias	1891	Sociedade Anônima
4. Holanda Gurjão & Cia	Ceará Industrial	1894	-
5. Pompeu & Cia.	Progresso	1899	Soc. p. quota de resp.(1)
6. Antônio Diogo Siqueira	Santa Elisa	1904	Soc. p. quota de resp.(1)
7. Matos Lima & Cia.	União e Trabalho	-	Soc. p. quota de resp.(1)
8. Teófilo Gurgel & Cia.	Usina Gurgel	1919	Soc. p. quota de resp.(1)
9. Manuel José de Lima	Santa Maria	1918	Soc. p. quota de resp.(1)
TOTAL (FORTALEZA)	9 FÁBRICAS		
10. Popular Aracatiense	Santa Tereza Aracati	1893	Sociedade Anônima
11. Ernesto & Ribeiro	Sobral	1895	Soc. com. Sol (2)
SUBTOTAL	2 FÁBRICAS		
TOTAL (CEARÁ)	11 FÁBRICAS		

FONTE: Almanaque do Ceará, ARAGÃO:1989, ALMEIDA,1989.

(1) Sociedade por quotas de responsabilidade Ltda., (2) Sócios comandatários e solidários. As empresas 2 e 3 desaparecem entre 1900 e 1907. A empresa 4 pertenceu a vários proprietários: Matos Lima, Aquiles Boris e A. Diogo Siqueira. A empresa 6 não aparece no censo de 1907, informação retirada de Aragão. O censo de 1907 se refere à Ceará Industrial e à

empresa de Matos Lima; Aragão considera a Ceará Industrial sendo propriedade de Matos Lima. A fábrica 8 era uma usina de beneficiamento de algodão em 1910, fabricando fios e redes; em 1919, quando a empresa A. Diogo Siqueira ingressa na firma, o setor têxtil é incluído.

Com esse período é a fase das primeiras instalações têxteis, é também o período das tentativas iniciais dos grupos empresariais. Através dos dados coletados observa-se que a forma de organização predominante no primeiro momento é a sociedade anônima. Depois, quando a atividade comercial confere a alguns empresários um acúmulo de capital que retorna em forma de novos investimentos, surge a forma de sociedade por quotas de responsabilidades limitada.

Uma das características da trajetória dos chamados capitães das indústrias cearenses é o processo de concentração de riquezas assegurada pela multiplicidade de investimento nos diversos segmentos da economia do estado. É o caso de Pedro Filomeno Gomes, Industrial do ramo de cigarros, posteriormente monta uma fábrica de sabão e só após 1920 investe no têxtil.

Período 1920-1960

Se a formação da indústria têxtil cearense se realiza entre 1880 e 1920, pode-se afirmar que o período entre 1920 e 1945 marca a fase da sua consolidação, onde o setor se expande e procura organizar sua produção num “novo patamar”. Destaca-se esse “novo patamar” da indústria têxtil cearense como o processo de concentração de capital, de modernização da estrutura das empresas e de implantação de novos métodos de tecelagem capazes de produzir em escalas exportáveis.

O subsetor de fiação e tecelagem cearense entre 1920 e 1945 é constituído por dez fábricas sediadas em Fortaleza e três sediadas no interior do estado, observando-se que cinco são organizadas na fase anterior e seis surgem na década de 1920. Dessas seis, duas (Santo Antônio e São Luiz) são antigas fábrica de beneficiamento de algodão, produzindo redes e fios, que são incorporadas ou coassociadas ao grupo Diogo Siqueira. A última fábrica dessa fase surge em 1945, a Santa Cecília (Tabela 5).

Nota-se, então, com esses dados que, na década de 1920, o sub-ramo da indústria têxtil de Fortaleza cresce através do processo de consolidação dos antigos grupos e do surgimento de dois novos – os grupos José Pinto do Carmo e Pedro Filomeno Gomes. Vale ressaltar que o empresário Filomeno Gomes, além de fabricante de cigarros, era sócio da Siqueira Gurgel Gomes & Cia Ltda (Usina Gurgel) (Figura 8) e junta-se com a empresa Diogo Siqueira para instalar a fábrica de tecidos São José em sua fase inicial.

TABELA 5 – Estabelecimentos industriais existentes entre 1920-1945, nome das fábricas, data de fundação e local.

EMPRESA	NOME DAS FÁBRICAS	DATA DE FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
A.D.Siqueira	Ceará Industrial	1894	Fortaleza
	Santa Elisa	1904	Fortaleza
	Usina Gurgel	1919(*)	Fortaleza
	Santo Antônio	1925(*)	Fortaleza
	São Luiz	1925(**)	Fortaleza
Pompeu & Cia	Progresso	1899	Fortaleza
Manoel José de Lima	Santa Maria	1918	Fortaleza
Frota Siqueira			
F.Gomes & Cia Ltda	São José	1926	Fortaleza
José Pinto do Carmo & Filho Ltda	Baturité	1927	Fortaleza
M.L. Barbosa	Santa Cecília	1945	Fortaleza
TOTAL (FORTALEZA) 10 FÁBRICAS			
Popular Aracatiense	Santa Tereza	1893	Aracati
Ernesto & Ribeiro	Sobral	1895	Sobral
Gradvhol	Maranguape	1924	Maranguape
TOTAL (INTERIOR) 03 FÁBRICAS			
TOTAL (CEARÁ) 13 FÁBRICAS			

FONTES: ARAGÃO,1986:37 e ALMANAQUE DO CEARÁ

(*) Essas datas se referem ao período em que o grupo A. Diogo Siqueira se torna coassociado das fábricas Santo Antônio e Usina Gurgel, que antes eram usinas de beneficiamento de algodão, fabricando fios e redes.

(**) A data de fundação é desconhecida, no entanto entre 1925 e 1932 começa a surgir nos Almanques do Ceará.

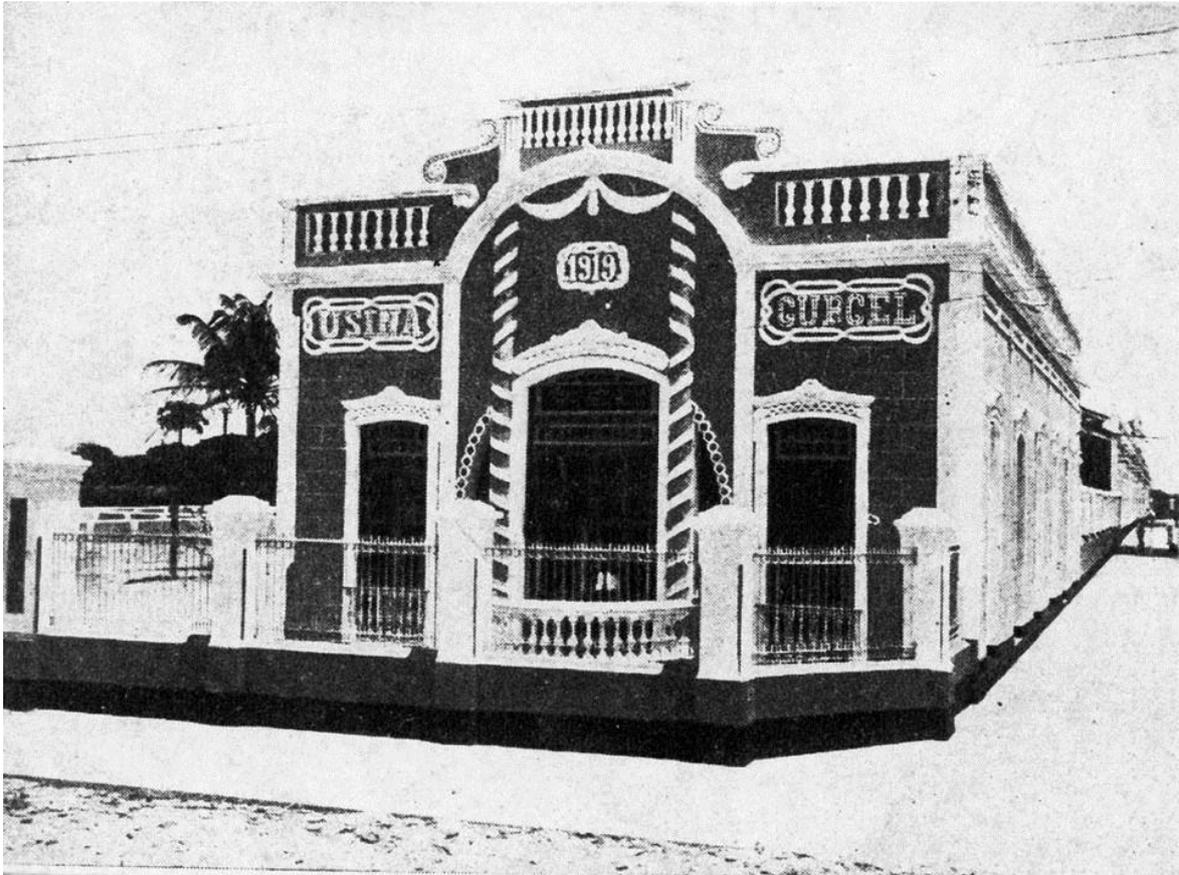


Figura 8 - Usina Gurgel, Siqueira, Gurgel Gomes.
Fonte: NIREZ

A economia cearense sobrevive à crise de 1930 sem grandes abalos, podendo até afirmar-se que se verifica um fluxo positivo proveniente dos eventuais recursos da indústria da seca (1932) e do aparecimento de vários bancos.

Alguns empresários consideram uma fase onde “não se ganhava muito, nem também se perdia”; já outros lembram os mecanismos utilizados para enfrentar esses anos, como a diversificação para outras linhas de produção: xadrezes, riscados, brins, a eliminação do intermediário, no caso da Fábrica São José, a diminuição do horário de trabalho de 8 horas para 6 horas.

Na década de 1940 as empresas locais vendiam tudo que era produzido, chegando a trabalhar em regime de três turnos e mais fins de semana e feriados. Diversificaram sua produção para redes finas com tear mecânico e toalhas felpudas. Com isto sua instalações tiveram de ser reequipadas, como por exemplo, a fábrica São José, que vive um grande momento de expansão nesse período, “quando duplicou a sua produção e aumentou o contingente de mão de obra, estimado em 1.050 operários, 600 na secção de tecelagem e 450 na rede de dormir” (ARAGÃO, 1987). Nessa década não houve registro de falência.

Se a década de 1940 marca um período favorável à indústria têxtil cearense, “quando este setor industrial chega, até mesmo, a exportar parte de sua produção para países da América Latina e África, a década de 1950 se mostrará como a fase mais crítica enfrentada por ela até então” (VIANA, 2014, p.229). O Cotonifício Leite Barbosa e a Cia Têxtil José Pinto do Carmo pediram concordata e as firmas Gomes & Cia e A. D. Siqueira tiveram a suspensão da produção de tecidos e depois de 1964 somente três firmas continuarão a produzir tecidos no Ceará, a Cia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano em Sobral e duas em Fortaleza, Cotonifício Leite Barbosa e a Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (VIANA, 2014, p.229).

Um estudo de caso: Fábrica e Vila Operária São José

Observamos que o período de 1880-1920 é considerado como as primeiras tentativas do setor têxtil, sem nenhum investimento imobiliário, ao tempo em que a cidade não apresenta uma estrutura espacial estratificada mais rígida. Por outro lado a partir de 1920 inicia-se o surgimento das vilas operárias, período em que a indústria se consolida e a cidade apresenta uma estrutura espacial mais definida.

Selecionamos para este momento o Parque São José constituído pelo complexo fabril e a Vila Operária do grupo Filomeno Gomes localizadas no bairro de Jacarecanga (Figura 9)..

A fábrica era considerada uma das mais completas organizações industriais de Fortaleza, dotada de máquinas modernas de fabricação inglesa, alemã e norte-americana, com várias seções automatizadas. Inicia produzindo tecidos grossos, porém, com a crise da indústria têxtil de 1929, começa a diversificar sua produção para brins de diversas padronagens. Posteriormente, por volta de 1937/38, a empresa começa a fabricar redes finas e toalhas. Alcança gradativamente uma extensa linha de produtos, consumidos em parte no Ceará, e cerca de 2/3 são distribuídos para outros estados.

O grupo na implantação do complexo fabril adquire 150.000m² de terrenos, já prevendo futuras ampliações. A constante ampliação do capital permite a expansão da estrutura primitiva e a construção de casas para uso de seus empregados, nas proximidades da fábrica, pelo menos até a década de 1940.

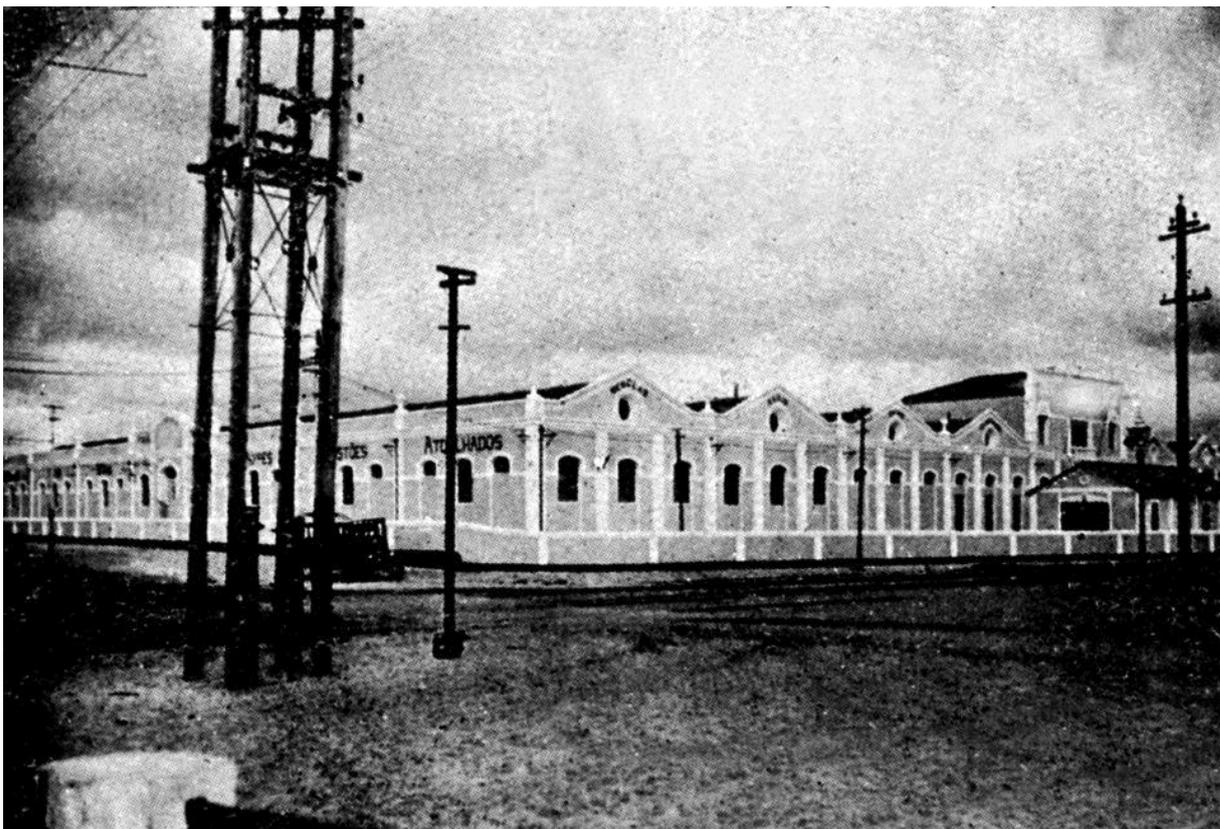


Figura 9- Fábrica São José, do grupo Filomeno Gomes
Fonte: Arquivo NIREZ

O bairro de jacarecanga no momento da implantação da fábrica São José, era um local isolado, com reduzida expansão e carência de habitação, onde o processo de produção do espaço construído correspondia a uma relação quase exclusiva entre os operários e a fábrica. Assim, quando da construção do grande complexo fábrica e vila, não importava talvez ao empresário, naquele momento, os lucros obtidos com o capital imobiliário. Tanto é que a empresa constrói nessa época apenas seis casas para seus mestres.

O deslocamento da estrada de ferro vai viabilizar o processo de ocupação de novas indústrias nesta área que, por sua vez, transfere para seu entorno a moradia da população operária, surgindo na década de 1930 as barracas nas areias do atual Pirambu. Supõe-se que nesse período, com a valorização do solo urbano, a empresa Filomeno Gomes constrói 150 casas. Já na década de 1940, quando o processo de urbanização da zona oeste se acelera, a mesma empresa procura rentabilizar ainda mais seus lucros imobiliários, substituindo as casas por apartamentos, alterando simultaneamente a política de aluguel (Figura 10)

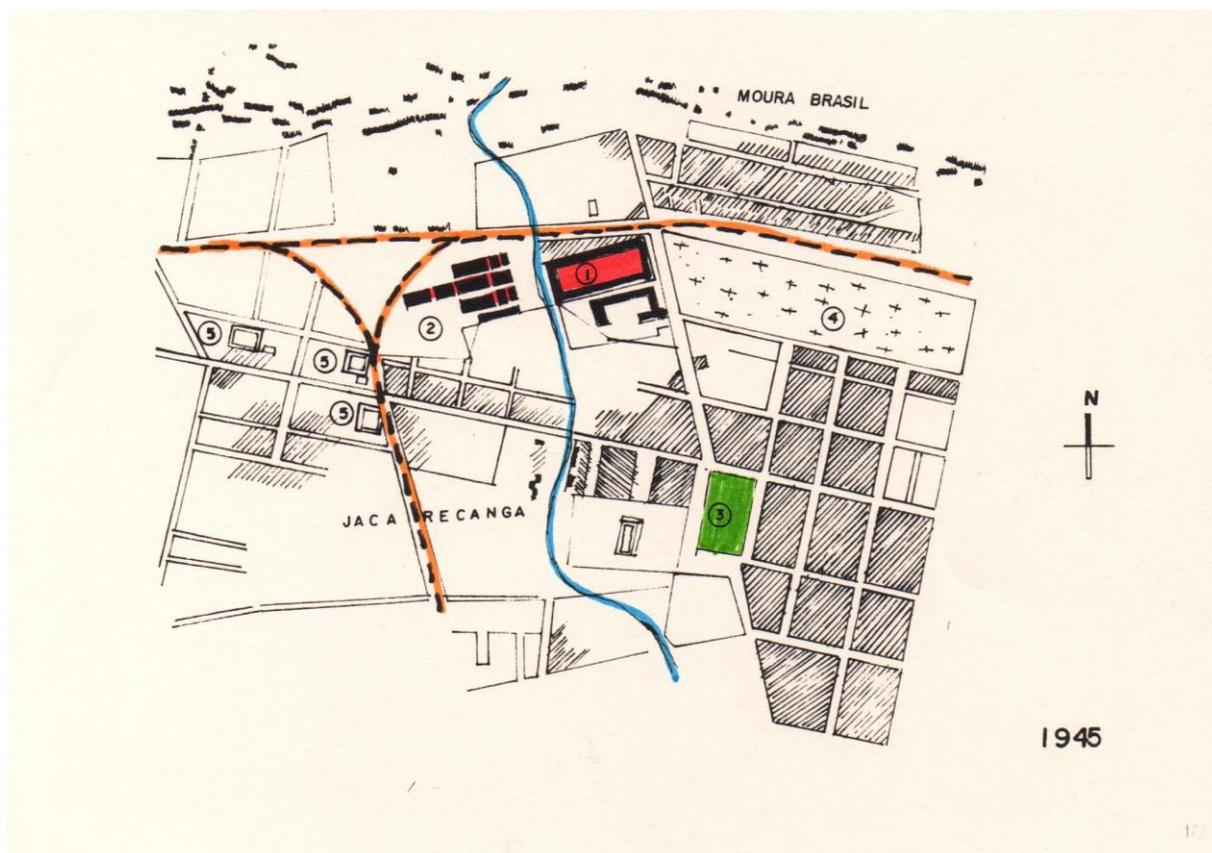


Figura 10- O bairro de Jacarecanga e o complexo da Fábrica São José e a Vila Operária em 1945

Fonte: ANDRADE, 1990, p.228.

Legenda: 1- Fábrica São José, 2- Vila São José, 3- Praça Fernandes Vieira, 4- Cemitério, 5- Fábricas têxteis, - - - Estrada de ferro

Algumas interpretações são adotadas como explicação para o investimento de capitais na construção de vilas operárias. Destaca-se, entretanto, que estes aspectos não podem ser vistos isoladamente, mas através de suas inter-relações. Enfatiza-se a necessidade de atrair a força de trabalho, num momento em que havia escassez de mão de obra, sobretudo a especializada, aliada à dificuldade enfrentada pela classe empresarial em Captá-la e Retê-la. .

A Rentabilidade é garantida pelo retorno altamente lucrativo do capital investido em habitações, principalmente quando a diversificação no setor imobiliário assegurava uma rápida concentração de capital, sobretudo após 1920 com desenvolvimento urbano de Fortaleza. A proximidade domicílio-trabalho permite um Controle sobre a força de trabalho, através da imposição de regras, atitudes e valores adequados à perspectiva capitalista de desempenho de trabalhador livre.

O complexo fabril e a vila operária passaram por grandes transformações, acompanhando o crescimento urbano de Fortaleza e a mudança na lógica imobiliária do empresário. Este

processo provocou o distanciamento cada vez maior em relação ao projeto inicial que a originou.

Hoje essa área, como muitas outras partes da cidade, passa por mudanças incentivadas pela legislação urbana, a qual permite a construção de edifícios de vários andares. No caso específico da fábrica São José para se adaptar ao novo investimento – Centro Fashion – somente as paredes externas foram preservadas. Segundo a matéria do Jornal O Povo de 04 de agosto de 2015, a área abrigará 6.500 boxes, 300 lojas, hotel e uma grande área de estacionamento.

O Inventário do Patrimônio Industrial

O patrimônio cultural edificado, em todo o mundo, atravessa uma expansão de seus campos tipológico, cronológico e geográfico. Bens culturais que até bem pouco tempo não seriam sequer considerados, hoje são protegidos e valorizados como monumentos. Por outro lado, o público do patrimônio cultural também cresceu, expandindo-se dos técnicos (arquitetos e historiadores) para comunidades e populações, cada vez mais interessadas nas questões da preservação como itens de uma agenda de consolidação da cidadania.

De modo particular, o patrimônio industrial, face aos processos de desindustrialização e à rápida obsolescência de métodos, maquinários e instalações físicas em curso nas últimas décadas, ganhou relevo como um problema a ser resolvido no âmbito da dinâmica urbana, o que fez merecer o assunto uma carta específica do ICOMOS (Nizhny-Tägil/2003), através do International Comitee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH.

No ambiente brasileiro, assistimos à escalada de demolição e abandono de obras importantes, as quais, muitas vezes, têm sua história confundida com a de bairros, cidades e regiões. Antigas plantas industriais, de frente de água ou ferro-portuárias têm sido aproveitadas, a partir de sua inventariação, para abrigar outros programas edilícios, com recuperação, pela cidade, de áreas devolutas ou sem destinação definida.

No Ceará, o acervo industrial de interesse de preservação acha-se praticamente desprotegido, bem como se registra uma carência completa de informações sobre a sua ocorrência e o seu estado de conservação. A realização de um inventário sobre os bens culturais industriais, no bojo de um amplo trabalho de identificação e documentação, certamente contribuirá para a proteção e promoção desse acervo, além de favorecer a sua destinação a novos usos pela via da reabilitação.

O Museu da Indústria do Ceará, instituição recém-criada e ligada à Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC e ao Serviço Social da Indústria – SESI, tem como missão resgatar a memória da atividade industrial no estado e, para tanto, convidou docentes pesquisadores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC – CAUUCF para a elaboração de uma pesquisa que tem como base o levantamento da arquitetura industrial cearense de valor patrimonial.

A pesquisa, organizada como um projeto de extensão universitária compreenderá quatro fases: 1. Estudos sobre a história da indústria no Ceará, enfocando a espacialização da atividade industrial no estado e a definição das tipologias arquitetônicas industriais a serem levantadas; 2. Levantamento do patrimônio industrial de Fortaleza; 3. Levantamento do patrimônio industrial do Ceará (por região geográfica, a começar pela Região Metropolitana de Fortaleza); 4. Edição de publicação e elaboração de exposição sobre o patrimônio industrial do Ceará.

A relevância acadêmica e social da pesquisa está associada ao seu caráter inédito e à importância histórico-cultural do acervo a ser inventariado. Oferecerá como resultado um grande conjunto de informações relativas ao patrimônio industrial que embasará ações nas áreas da proteção, promoção e reabilitação cultural, destinando-se aos especialistas no setor, bem assim, como parte da exposição permanente do Museu da Indústria, ao grande público.

Salvo algumas poucas edificações tombadas¹, conhece-se muito pouco sobre o acervo do patrimônio industrial cearense. Sabe-se, entretanto, que os processos de modernização industrial e desindustrialização propiciaram a demolição, a descaracterização e o abandono de muitos complexos industriais, os quais, uma vez objeto de ações de identificação e documentação, poderão ser protegidos e valorizados por seus predicados artísticos, históricos e/ou simbólicos, além de, uma vez reabilitados, virem a abrigar novos usos, participando de uma forma mais intensa da dinâmica urbana.

¹ No âmbito estadual, encontram-se protegidas a antiga Alfândega (atual Centro Cultural da Caixa Econômica Federal) e as estações ferroviárias João Felipe (Fortaleza) e as dos municípios de Camocim e Crato. Em nível municipal (Fortaleza), registram-se a Ponte dos Ingleses, a estação ferroviária de Parangaba e os Mercados da Aerolândia e dos Pinhões. Na área federal, não há tombamentos isolados de imóveis do patrimônio industrial. Entretanto, existem algumas edificações fabris constantes das poligonais de tombamento de alguns sítios históricos protegidos pelo IPHAN, tais como os de Aracati (Fábrica Santa Therezinha) e Sobral (Fábrica dos Araújo (atual Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes – ECCOA) e a Fábrica de Tecidos de Sobral (atual Campus UFC/Sobral).

Inicialmente, mediante a realização de consulta bibliográfica e entrevistas, construir-se-á a história da atividade industrial no Ceará e a espacialização geográfica de sua ocorrência. Ao mesmo tempo, será elaborada uma compreensão do patrimônio industrial em nosso meio, bem como uma seleção das tipologias arquitetônicas que deverão ser objeto do inventário. Os textos produzidos sobre os dois assuntos (história da indústria cearense e patrimônio industrial do Ceará), mais a iconografia correspondente obtida, constituirão a base da publicação e da exposição propostas.

A linha teórico-metodológica empregada arrimar-se-á diretamente nos estudos sobre o assunto realizados pelo ICOMOS/UNESCO (Carta de Veneza, 1964; Carta de Burra, ICOMOS/Austrália, 1980; Carta de Nizhny-Tägil, 2003) e por especialistas internacionais e brasileiros, tais como Claudine Cartier, Cesare Brandi, Dominique Poulot, Françoise Choay, Giovanni Carbonara, Hugues de Varinne-Boham, Beatriz Mugayar Khül, Esterzilda Berenstein de Azevedo, Paulo Ormino de Azevedo e Ulpiano Bezerra de Menezes, todos voltados à preservação do patrimônio arquitetônico ligado à industrialização.

Com a edição da Carta de Nizhny-Tägil pelo ICOMOS em 2003, passou-se a valorizar em todo o mundo os complexos industriais, razão de ser de muitas cidades e regiões pelo globo terrestre. De modo semelhante ao que aconteceu em meados do século XIX na Europa em relação à arquitetura e à cidade pré-industriais, as instalações industriais, por razão das rápidas e radicais mudanças nos modos de produção havidas nas últimas décadas, já renunciando modelos pós-industriais baseados na automação integral, na redução do contingente de funcionários e na terceirização da produção, começam a ser substituídas por outras adequadas a esse novo padrão, sofrendo abandono e destruição, reclamando, portanto, cuidados preservacionistas.

Portanto, pretende-se com a elaboração do inventário da arquitetura industrial cearense jogar um pouco de luz sobre este acervo, praticamente desconhecido e destituído de qualquer reconhecimento, de forma a valorizá-lo e fazê-lo útil à comunidade. Para tanto, esse tipo de cadastro se afirma como ação de primeira ordem, conforme atesta a Carta de Nizhny-Tägil: “o inventário constitui uma componente fundamental do estudo do patrimônio industrial”, Esse esforço inicial permitirá elaborar uma política de manejo do parque construído e das informações pesquisadas, propiciando a conservação e o uso desse relevante conjunto de bens.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Margarida J. F. Salles. *Onde moram os operários, Vila operárias em Fortaleza: 1920-1945*. 1990. 309f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade: 1810-1933*. 2012. 290f. Tese (Doutorado História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo), Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *A trajetória as indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880 – 1950*. Fortaleza:NUDOC, Série idéias N^o 08, 1987.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza (Senador Pompeu) [1863]. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Ed. Fac. Sim., Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPROM, 2000.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958.

GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. Fortaleza, 1957.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. *O Fogo não está morto: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência na perspectiva das políticas públicas no último quartel do século XX*. 2011, 84f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 2011.

IRFFI, Guilherme; CORTEZ, Ana Isabel; R.P., CORTEZ, Ana Sara. *Atividade Econômicas e Trabalho Escravo no Sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX*. In: ENCONTRO – ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 3, 2011, Fortaleza: IPECEA, 2011.

KHUL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauo*. São Paulo: Atelier Editorial, 2008.

NOBRE, Geraldo. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza: FIEC, 1989.

VIANA, Carlos Negreiro. A Família Leite Barbosa e a indústria têxtil do Ceará: uma relação de 115 anos. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, V128, p.219-240, 2014.